

ANEXO VII

**TERMO DE CONTRATO Nº
...../2019/SMMAS, FIRMADO
ENTRE O MUNICÍPIO DO
RIO GRANDE E A EMPRESA
....., PARA
CONCESSÃO DAS ÁREAS DE
ESTACIONAMENTO EM
VIAS E LOGRADOUROS
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO,
EM CONFORMIDADE COM
O EDITAL DE
CONCORRÊNCIA Nº/2019.**

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, sito Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme delegação de competência, pelo Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos – GCLC, Srº Ademir Giambastiani Casartelli, inscrito no CPF sob nº 139.673.040-00, denominado **CONCEDENTE** e de outro lado a empresa, com sede em, na Rua nº, sala, Bairro, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pela Srª., inscrita no CPF sob nº, de agora em diante denominada **CONCESSIONÁRIA**, firmam o presente instrumento, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.- É objeto do presente instrumento, em conformidade com o Anexo I do Edital de Licitação (Projeto Básico, cópia anexa) a Concessão das áreas de estacionamento em vias e logradouros Públicos do Município do Rio Grande/ RS para o controle da rotatividade de veículos, mediante uso remunerado do espaço público.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE IMPLANTAÇÃO

2.1 - A Concessionária deverá, no prazo de no máximo de 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura do presente Contrato, concretizar a **primeira etapa de implantação do sistema (item 15.2. do Projeto Básico), com exceção dos sensores de presença veicular, os quais poderão ser instalados em até 150 (cento e cinquenta) dias.**

2.2 - Antecedendo a entrada em operação deverá ser realizada, pela Concessionária, campanhas de divulgação e esclarecimento à população, informando sobre o novo sistema,

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

datas de início de funcionamento, formas de aquisição dos meios de pagamento, etc. Essa campanha de divulgação deverá ser proposta pela Concessionária e submetida à aprovação prévia da Concedente, devendo ter início 30 (trinta) dias anteriores ao início da operação do sistema. Campanhas publicitárias também deverão ser realizadas durante todo o período da Concessão.

2.3 - O prazo do início da operação somente será revisto, quando seu descumprimento estiver embasado nos motivos de força maior, greves ou por motivos imputáveis ao Concedente ou motivos devidamente justificados;

2.4 - Ocorrendo necessidade de alteração do prazo, com base nos motivos previstos no subitem anterior, tal fato deverá ser objeto de comunicação expressa da Concessionária ao Concedente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data do fato.

2.5 - Salvo indicação em contrário, todos os dias deverão ser contados em dias corridos.

2.6 - A contagem dos prazos estabelecidos será iniciada em dia útil, excluindo o dia do início e incluindo o dia do vencimento.

2.7 - O prazo de vencimento será prorrogado automaticamente para o primeiro dia útil seguinte, se cair em dia sem expediente na Concedente.

2.7.1 - A Concessionária deverá observar os prazos de fornecimento e de instalação, apresentados.

2.7.2 - A implantação das vagas remanescentes, destinadas à expansão do sistema ao longo do prazo de Concessão, somente poderá ser realizada após a implantação da etapa inicial, subitem 2.1 deste Contrato e mediante solicitação feita pela Concedente ou pela Concessionária, a partir de estudos de viabilidade econômico-financeira a serem elaborados pela Concessionária.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DA CONCESSÃO

3.1 - Prazo Total da presente Concessão, objeto deste Contrato, será de dez anos, contado da data de início da operação, podendo ser prorrogado, por uma única vez e por igual período, desde que a Concessionária requeira a prorrogação em até 12 (doze) meses antes de seu vencimento.

3.1.1 – A eventual prorrogação do prazo do Contrato estará subordinada ao interesse público e ao cumprimento de todas as exigências contidas no Edital quanto à qualidade do serviço e com os investimentos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS TARIFAS E NUMERO DE VAGAS

4.1 – DAS TARIFAS:

4.1.1 - As tarifas a serem praticadas serão aquelas estabelecidas na Lei Municipal e Decretos Regulamentadores atinentes à matéria.

4.1.2 - As tarifas atualmente praticadas encontram-se regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 14.780 de 17 de agosto de 2017.

4.1.3 - Deverá ser prevista a tolerância de 10 (dez) minutos para o usuário adquirir o seu tíquete de estacionamento, independente da plataforma usada para pagamento.

4.1.4 - Nas plataformas de pagamento o tempo mínimo de aquisição será de 30 (trinta) minutos.

4.1.5 - Todas as plataformas de aquisição de tíquetes para estacionamento estarão limitadas a 02 (duas) horas como máximo para o usuário estacionar o mesmo veículo (placa) na mesma vaga.

4.2 – DO NUMERO DE VAGAS

4.2.1 A área a ser disponibilizada para a implantação do estacionamento rotativo pago, na primeira etapa, tem como poligonal a área formada entre as ruas Riachuelo (desde a rua Benjamin Constant, passando pela Doca do Mercado Público até a rua General Netto); da rua General Netto, rua General Osório até a rua Conselheiro Pinto Lima; da rua Conselheiro Pinto Lima até a rua Luiz Loréa; da rua Luiz Loréa, rua 24 de Maio até a rua 19 de Fevereiro e desta até a rua Visconde de Paranaguá; rua Luiz Loréa até a rua General Netto, da rua General Netto até a avenida Silva Paes; da avenida Silva Paes até a rua Napoleão Laureano; rua General Bacelar, rua Benjamin Constant fechando com a rua Riachuelo; e rua Marechal Floriano Peixoto até a rua Fernando Duprat da Silva, conforme Decreto Municipal nº 10.597, de 30 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº 11.190 de 29 de julho de 2011, que amplia a área do estacionamento rotativo nas vias públicas do Município do Rio Grande, passando a abranger a Rua Vinte e Quatro de Maio da Rua Dezenove de Fevereiro até a Rua Gal. Vitorino; a Rua Carlos Gomes entre Vinte e Quatro de Maio e a Rua Paranaguá; a Rua Gomes Freire entre a Rua Vinte e Quatro de Maio e a Rua Paranaguá; a Rua Gal. Netto da Av. Silva Paes até Rua Gal. Vitorino; a Rua Gal. Câmara entre Gal. Netto e a Rua Benjamim Constant; a Rua Benjamim Constant entre a Av. Silva Paes e a Rua Gal. Câmara e a Rua Andradas entre Av. Silva Paes e a Rua Gal. Câmara, passando a contar estimadamente com 1.500 (mil e quinhentas) vagas pagas para automóveis.

4.2.2 - O numero de vagas estimada neste perímetro e que serão disponibilizados na primeira etapa de implantação é de:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Vagas normais pagas	1.500
2	Vagas idosos pagas	75
3	Vagas PCD – Pessoas com deficiência de locomoção - isentas	30
4	Vagas motos - isentas	510
TOTAL		2.115

4.2.3 - As demais etapas a ser implantadas em futura expansão serão objeto de estudo do fluxo de veículos existente no município, bem como sua viabilidade econômico-financeira considerando todo o SER.

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE E DA REVISÃO DAS TARIFAS

5.1 - O valor das tarifas será reajustado anualmente tendo como base o INPC/IBGE, reajuste este efetuado por meio de Decreto Municipal e poderá indicar o aumento, manutenção ou redução do valor das TARIFAS.

5.2- O valor das tarifas, sempre que ocorrerem situações que afetem o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá ser revisado para o restabelecimento da equação originária entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão. Tal revisão poderá ocorrer a qualquer tempo, durante a vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta.

CLÁUSULA SEXTA – DA ARRECADAÇÃO

6.1 - A Concessionária será a única responsável pela integridade da arrecadação de todos os valores que ingressarem no sistema para pagamento da utilização das vagas e das taxas de cancelamento das notificações de irregularidade.

6.2 - A Concessionária deverá manter registro de todas as operações de entrada e saída de valores do sistema, de acordo com os procedimentos a serem definidos no plano de auditoria a ser implantado. O mesmo se aplica às movimentações e utilização dos cartões ou outros meios de pagamento implantados no sistema.

6.3 - As informações acima deverão estar disponíveis à Concedente ou empresa por ela designada, para fins de controle e de auditoria do sistema, sempre que solicitado expressamente, até, no máximo, o segundo dia útil subsequente ao da solicitação.

6.4 - A Concessionária deverá, a partir dos registros de uso dos equipamentos instalados na via pública, emitir relatório diário da utilização do sistema, que deverá conter, principalmente, o total de unidades de estacionamento utilizadas no sistema, com identificação da forma de pagamento empregada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS MEIOS DE PAGAMENTO

7.1 – *Os meios de pagamento disponibilizados aos usuários do SER são aquelas discriminados no Item 9 do Projeto Básico.*

CLÁUSULA OITAVA- DA SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 - A Concedente será responsável pela coordenação e supervisão técnica da execução do Contrato e decidirá sobre todas as questões relativas à qualidade e aceitabilidade dos materiais, mão-de-obra e cronograma de execução, bem como sobre todas as questões relativas à interpretação dos projetos e especificações técnicas, além daquelas relativas ao cumprimento satisfatório do Contrato no seu aspecto técnico e administrativo.

8.2 - A Concedente terá a autoridade de suspender temporariamente os trabalhos, total ou parcialmente, quando considerar que existem condições inapropriadas para sua boa execução.

8.3 - A suspensão mencionada no subitem anterior poderá ser autorizada por:

- a) - Motivos de força maior, independentes da vontade e controle da Concessionária (condições climáticas, obras na via pública, etc.), sendo que o período de suspensão autorizado será acrescido ao cronograma de execução acordado.**
- b) - Motivos resultantes de falhas, erros e/ou má gestão da Concessionária, seja em serviços, materiais ou equipamentos, sendo que o período de suspensão autorizado, não será acrescido ao cronograma de execução acordado.**
- c) - As suspensões terão efeito imediato e os trabalhos só poderão ser retomados, depois que a Concedente os tenha autorizado por escrito.**

CLÁUSULA NONA – DO HORÁRIO DO FUNCIONAMENTO

9.1 O horário de funcionamento SER (Sistema de Estacionamento Rotativo) será de segunda- feira à sexta- feira, das 9h até as 19h, e sábados, das 9h as 13h.

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

10.1 - A Concessionária obriga-se a acatar as disposições legais e regulamentares, instruções complementares estabelecidas pela SMMAS, bem como colaborar com as ações desenvolvidas por seus prepostos responsáveis pela fiscalização do serviço e, em especial:

- a)** Manter capital social atualizado e em nível que não seja inferior aquele apresentado, quando da realização da licitação, na hipótese deste capital ter sido utilizado na comprovação da qualificação econômico-financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da concessão, apresentando documentação solicitada pela SMMAS;
- b)** Cumprir e colaborar com o Agente de Trânsito no cumprimento do tempo de permanência dos veículos nos estacionamentos, conforme determinação da SMMAS;
- c)** Manter operadores uniformizados e identificados, bem como controle do comportamento profissional dos mesmos, cuja responsabilidade é única e exclusiva da Concessionária, sendo que o modelo do uniforme deverá submetido à aprovação do Concedente;
- d)** Apresentar relatórios mensais do funcionamento do sistema, bem como dados estatísticos conforme exigências da SMMAS;
- e)** Manter toda a sinalização horizontal, vertical e informativa da área do estacionamento rotativo e a demarcação das vagas na área do estacionamento rotativo pago;
- f)** Realizar a manutenção de todos os semáforos existentes no Município, incluindo o fornecimento dos materiais e da mão-de-obra necessários ao seu funcionamento, regulação e programação;
- g)** Manutenção de toda a sinalização viária das área onde for implantado o estacionamento rotativo, incluindo os materiais e mão-de-obra necessários, atendendo

asa especificações do Código de Trânsito Brasileiro, bem como as determinações e orientações da SMMAS;

h) Comunicar à Secretaria Municipal de Segurança, Transportes e Trânsito qualquer alteração de endereço, num prazo de, no máximo, 72 (setenta e duas) horas;

i) Cobrar de acordo com a tarifa vigente;

j) Prestar todas as informações necessárias aos usuários;

k) Implantar corretamente, nos equipamentos eletrônicos fixos, os dados regulamentares referentes aos serviços, tais como tarifa, limites de tempo e horários de serviço;

l) Manter atualizada a contabilidade, exibindo-a sempre que solicitado pela fiscalização, além das demonstrações periódicas estabelecidas pela SMMAS;

m) Manter atualizado o sistema de controle operacional dos estacionamentos, exibindo-os sempre que solicitado pela fiscalização;

n) Apresentar projeto executivo de distribuição das vagas e localização dos equipamentos e sinalização de trânsito, horizontal e vertical, inclusive para os bolsões de estacionamento de motocicletas, projeto este que deverá ser apresentado até 60(sessenta) dias antes do fim do prazo previsto para implantação, devendo o mesmo ser aprovado pela SMMAS;

o) Apresentar para aprovação da SMMAS até 60 (sessenta) dias antes do prazo da implantação plano operacional incluindo a quantidade de mão-de-obra necessária à execução dos serviços, com apresentação do fluxograma das atividades, plano este que deverá ser apresentado até o fim do prazo previsto para implantação;

p) Apresentar sistema de prestação de contas com o software de gestão dos dados recebidos dos parquímetros eletrônicos e software de controle da fiscalização do sistema, disponibilizando ao Concedente o software de gestão;

q) Apresentar cronograma de implantação e início de operação, inclusive da instalação da sede no Município.

r) Fornecer mensalmente à Prefeitura, e também quando solicitada, dados e informações detalhadas, através de Relatório Gerencial sobre o movimento de usuários das áreas de estacionamento, faturamento, meios de pagamento utilizado, etc.

s) Identificar e notificar os veículos estacionados nas vagas do sistema, aplicando o Aviso de Cobrança de Tarifa, informando diariamente à Autoridade Municipal de Trânsito e também representante do Poder Concedente no contrato, os dados relativos aos veículos que deixaram de efetuar o pagamento da tarifa;

t) Instalar nas dependências da Secretaria de Município de Mobilidade e Acessibilidade....., equipamentos de informática, adequados e compatíveis ao recebimento dos dados relativos à utilização do sistema e dos veículos que deixaram de efetuar o pagamento da tarifa, como também a emissão de relatórios, de acordo com as especificações técnicas mínimas estabelecidas no projeto básico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

11.1- São obrigações da Concedente:

a)- Comunicar à Concessionária, com a antecedência necessária, observando o prazo de dez dias úteis, no mínimo, qualquer alteração na Concessão, desde que não altere o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

b) - Cumprir e fazer cumprir às disposições regulamentares da concessão e as cláusulas contratuais.

c) - Efetuar fiscalização do serviço objeto deste Contrato, por meios próprios ou através do credenciamento de agentes, aplicando as penalidades aos infratores e arrecadando as multas decorrentes.

d)- Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

- e) - Intervir na concessão nos casos e condições previstos em lei.
- f) - Extinguir o Contrato nos casos previstos em lei.
- g) - Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, das providências tomadas.
- h)- Estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação.**
- i) - Proporcionar as condições adequadas e necessárias para a execução dos serviços contratados, de acordo com os termos deste Contrato, adotando e tomando todas as providências em prazo não superior a quinze dias úteis da data da comunicação efetuada pela Concessionária.**
- j) - A Concedente se obriga a proceder à análise e aprovação do projeto implantado e submetido pela Concessionária, autorizando em seguida o início da operação.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTROLE DE MATERIAIS

12.1 - Os materiais e equipamentos a serem utilizados nas implantações do sistema de estacionamento rotativo estarão sujeitos à inspeção e testes para constatação das Especificações Técnicas, constantes no Projeto Básico.

12.2 - Os materiais a serem utilizados nas implantações e instalações deverão ser armazenados de maneira adequada, para que sejam preservadas as suas propriedades e qualidades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA OUTORGA

13.1 - A CONCESSIONÁRIA, no ato de assinatura do Contrato, deverá comprovar depósito em cont corrente do Município do Rio Grande, a título de outorga inicial, a importância de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

13.2 -A CONCESSIONÁRIA, além da outorga inicial suprarreferida, repassará, mensalmente, a título de outorga complementar da concessão, o percentual de% incidente sobre a receita bruta auferida no mês de referência.

13.3 - A CONCESSIONÁRIA apresentará ao CONCEDENTE, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, relatório circunstanciado da operação no período, com indicação da receita bruta auferida e o respectivo valor a ser repassado à Municipalidade.

13.4 - Os documentos impressos (bobinas de recolhimento dos valores, fita resumo dos parquímetros e demais equipamentos) que comprovam as informações prestadas no relatório acima descrito, devem ser disponibilizados mensalmente quando da apresentação do relatório pela CONCESSIONÁRIA ao CONCEDENTE.

13.5- A receita bruta auferida se dará da seguinte forma:

a) Pela soma das tarifas de estacionamento pagas pelos usuários através da aquisição de tíquetes junto aos parquímetros, bem como das outras formas de aquisição de vagas destinadas ao estacionamento rotativo integrantes do sistema e, ainda, como pela soma de toda a comercialização de cartões pré-pagos com o valor do crédito embutido e demais formas de comercialização de créditos.

13.6 - O VALOR DE OUTORGA deverá ser repassado pela CONCESSIONÁRIA ao CONCEDENTE, mensalmente, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao mês de referência (competência), ao longo de todo o prazo da concessão.

13.7 - Se o atraso no pagamento do percentual de repasse devido pela CONTRATADA exceder a 90 (noventa) dias, a concessão poderá ser rescindida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES

14.1 - Pela inexecução total ou parcial deste Contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à concessionária as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Multa, até o limite de 10% (dez por cento).
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração, reabilitação esta que será concedida desde que a Concessionária promova o ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido prazo de sanção com base na alínea anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA INTERVENÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

15.1 - A intervenção e extinção da concessão deverão seguir as disposições prescritas na Lei Federal nº 8.987/95.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1 - Este Contrato poderá ser rescindido de acordo com os Arts. 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como nos termos do Art 39 da Lei 8.987/1995.

16.1.1 A rescisão deste Contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro da cidade do Rio Grande como único competente para dirimir as dúvidas e litígios oriundos do presente Contrato, com expressa renúncia de outros por mais privilegiados que possam ser.

E, por estarem, assim, em perfeito acordo em tudo quanto neste instrumento consta, obrigam-se as partes a cumpri-lo integralmente, assinando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos,..... de de 2019.

.....
Concessionária

.....
Secretário de Município de Mobilidade Acessibilidade e Segurança

Ademir Giambastiani Casartelli
Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

CC.: SMF/SMMAS/GCLC/CSCI/CONTRATADA.